

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E
SUSTENTABILIDADE: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO
ASSENTAMENTO CONQUISTA (CAMPO GRANDE/MS)
*LAND REGULARIZATION, FAMILY FARMING AND
SUSTAINABILITY: EMPIRICAL EVIDENCE FROM THE
CONQUISTA SETTLEMENT (CAMPO GRANDE/MS)*
**REGULARIZACIÓN DE TIERRAS, AGRICULTURA FAMILIAR Y
SOSTENIBILIDAD: EVIDENCIAS EMPÍRICAS DEL
ASENTAMIENTO CONQUISTA (CAMPO GRANDE/MS)****

SOUZA, Isabella Córdova de Oliveira ¹

BRAZ DA SILVA, Devanildo ²

AQUINO, Marcio ³

NETO, Leonardo Francisco Figueiredo - Orientador⁴

Introdução: A regularização fundiária de áreas rurais constitui uma estratégia fundamental para promover justiça social, inclusão produtiva e sustentabilidade no campo. O Assentamento Conquista, fundado em 2001 e localizado a 17 km do município de Campo Grande (MS), reúne aproximadamente 100 famílias distribuídas em lotes de aproximadamente 17 hectares, caracterizados, sobretudo, pela prática da agricultura familiar. Este estudo tem como objetivo identificar os impactos socioambientais decorrentes da regularização fundiária na vida dos moradores do referido assentamento.

Objetivos: O objetivo principal da pesquisa é avaliar os efeitos sociais e ambientais da regularização fundiária no Assentamento, observando sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria da qualidade de vida dos assentados. **Metodologia:** Para atingir os objetivos propostos,

¹Bacharel em Direito. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3164423603549758>. E-mail: isabella_cordova@ufms.br

²Doutorando em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4624810056908982>. E-mail: professordevanildo@gmail.com

³Mestrando em Administração Pública. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7867565785456986>. E-mail: marcio.aquino@ufms.br

⁴Doutor em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8227997995109072>. E-mail: leonardo.neto@ufms.br



foram compilados dados obtidos por meio de 32 entrevistas realizadas com moradores beneficiados pela titulação de terras. A coleta de informações foi conduzida pela equipe de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em 23 de novembro de 2024, que aplicou formulários estruturados destinados à obtenção de dados sociais, econômicos e ambientais. **Resultados e Discussão:** A análise dos dados revelou que aproximadamente 20% dos entrevistados ainda utilizam agrotóxicos como Glifosato, Roundup e Tamaron. Além disso, mais de 30% não demonstram preocupação ou ações voltadas ao uso consciente dos recursos naturais e à proteção ambiental. Atualmente, mais de 65% dos assentados não adotam técnicas ou modelos sustentáveis de produção. No âmbito social, embora a maioria dos participantes tenha relatado maior segurança jurídica em relação à posse da terra após a titulação (66%), a percepção sobre a valorização dos produtos agrícolas permanece baixa (75%). Do mesmo modo, 78% dos entrevistados indicaram que a regularização não contribuiu para a redução da insegurança alimentar nem para melhorias significativas na qualidade de vida. **Conclusão:** Os dados obtidos na pesquisa evidenciam que, apesar dos avanços relacionados à segurança jurídica e à estabilidade das famílias no campo, os impactos da regularização fundiária sobre a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida permanecem limitados. A baixa adoção de práticas sustentáveis, o uso contínuo de agrotóxicos e a escassa preocupação com a conservação dos recursos naturais apontam para falhas no processo de conscientização e na oferta de acompanhamento técnico-ambiental. Além disso, a titulação da terra, por si só, não foi suficiente para impulsionar a valorização econômica dos produtos cultivados nem para melhorar as condições alimentares e financeiras das famílias. Tais resultados reforçam a necessidade de políticas públicas complementares e integradas, que incluam capacitação dos assentados, incentivo à produção agroecológica, acesso a mercados diferenciados e investimentos em infraestrutura.

Palavras-chave: Impactos Socioambientais; Regularização Fundiária; Agricultura Familiar; Sustentabilidade.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. **Regulamento que cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Brasília, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 46, de 25 de agosto de 1999. **Cria o Projeto de Assentamento Conquista.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 1999, nº 166.

FIGUEREDO, C; SILVA, C. L. Política pública e reforma agrária: uma análise dos principais indicadores da política de assentamentos rurais. *Revista Grifos*, Chapecó, n. 48, 2020.

